



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000258-22.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Requerente: **Itaú Unibanco S/A**
 Requerido: **TAMARA PEREIRA DE ANDRADE**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

Cuida-se de ação monitória ajuizada por ITAÚ UNIBANCO S/A em face de TAMARA PEREIRA DE ANDRADE, fundada em contrato de abertura de conta corrente, por meio do qual a ré obrigou-se a manter fundos disponíveis para depósitos, retiradas e débitos, realizando inúmeras retiradas e débitos sem a existência de fundos suficientes, gerando um saldo descoberto no montante de R\$ 62.798,50, atualizado até 07/01/2015.

Após inúmeras diligências infrutíferas realizadas com o intuito de localizar a ré, foi ela citada por edital a fls. 124, não oferecendo resposta.

A Defensoria Pública, no exercício da Curadoria Especial, apresentou defesa de fls. 135/137 por negativa geral, tendo pugnado pela expedição de informações junto ao INSS.

Decisão de fls. 138 deferiu a diligência.

Ofício de fls. 150/153 do INSS informou como endereço o mesmo já diligenciado a fls. 111.

Réplica de fls. 142/147.

É uma síntese do necessário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Fundamento e Decido.

Possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do NCPC, tratando-se de matéria de direito.

O autor instruiu a inicial com a Proposta de Abertura de Conta Universal e de Contratação de Serviços a fls. 15/21, com o Demonstrativo de Débito de fls. 22 e com o extrato da conta corrente de fls. 23/44 demonstrando a evolução do débito.

Em que pese a defesa por negativa geral apresentada pela Defensoria Pública, no exercício da Curadoria Especial, tornar controvertidos os fatos alegados pelo autor, os documentos por este apresentados demonstram inequivocamente o negócio jurídico celebrado entre as partes e a evolução do débito, razão pela qual de rigor a procedência do pedido.

Não há como exigir que o autor faça prova negativa do não adimplemento da obrigação por parte da ré, uma vez que não poderia comprovar que não recebeu os valores por esta utilizados.

De rigor, portanto, a rejeição dos embargos monitórios apresentados pela Curadoria Especial.

Diante do exposto, acolho o pedido inicial, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, constituindo de pleno direito o título executivo judicial no valor de R\$ 62.798,50, convertendo o mandado inicial em mandado executivo, com atualização monetária e juros de mora devidos a partir da data de 07/01/2015. Sucumbente, condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Prossiga-se na forma prevista no Livro I da Parte Especial,
Título II, Capítulo III, do Código de Processo Civil.

São Carlos, 10 de julho de 2017.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**